



DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
2024

SUMÁRIO

Relatório dos auditores independentes	03
Balanço patrimonial	06
Demonstração do resultado	08
Demonstração do fluxo de caixa	09
Demonstração do resultado abrangente	10
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	10
Notas explicativas	11
Gestão	26

***BAUER
AUDITORES
ASSOCIADOS***



BAUER AUDITORES ASSOCIADOS
Rua Bernardo Guimarães, 2717 – Salas 1001 e 1002
Lourdes – CEP 30.140-082 - Belo Horizonte - MG
Telefone (31) 3295-2837 - Fax (31) 3295-2815
E-mail: baueraudidores@baueraudidores.com.br

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Srs. Conselheiros, Diretores e
Cooperados da LAR COOPERATIVA DE
CRÉDITO - LAR CREDI
Medianeira – PR

Opinião sem ressalvas

Examinamos as demonstrações contábeis da LAR COOPERATIVA DE CRÉDITO - LAR CREDI, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações dos resultados, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte - MG, 17 de fevereiro de 2025.

BALANÇO PATRIMONIAL

Valores em R\$ 1,00

ATIVO	NOTA EXPLICATIVA	31/12/2024	31/12/2023
Circulante		223.897.109	118.382.907
Caixa e Equivalentes de Caixa		118.748.657	46.528.050
Disponibilidades		9.344.442	3.729.485
Caixa	4	154.689	258.048
Depósitos Bancários e Reservas Livres	4	9.189.753	3.471.437
Títulos e valores mobiliários		109.354.214	42.798.564
Fundo de Investimento	5	109.354.214	42.798.564
Relações interdependências		50.000	-
Numerários em trânsito	4	50.000	-
Operações de crédito	6	104.935.581	71.519.885
Operações de crédito - CP	6-b	111.586.517	74.844.166
(-) Provisão p/ operações de crédito	6-c	(6.650.937)	(3.324.280)
Outros Créditos		212.871	334.971
Outros Créditos	7	212.871	334.971
Realizável a Longo Prazo		44.593.826	33.004.965
Operações de crédito - LP	6-b	44.593.826	33.004.965
Imobilizado		869.338	687.457
Imobilizado em uso		869.338	687.457
Imobilizações	8	1.079.069	803.765
(-)Depreciação acumulada		(209.731)	(116.308)
TOTAL		269.360.273	152.075.330

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

BALANÇO PATRIMONIAL

Valores em R\$ 1,00

PASSIVO	NOTA EXPLICATIVA	31/12/2024	31/12/2023
Circulante		221.492.197	118.208.215
Depósitos	9-a	218.653.241	116.317.104
Depósitos à vista		33.822.689	30.948.193
Depósitos a prazo		184.830.552	85.368.911
Outras obrigações	10	2.838.956	1.891.111
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	10-a	65.886	21.961
Sociais e estatutárias	10-b	685.852	388.915
Fiscais e previdenciárias	10-c	648.117	493.434
Diversas	10-d	1.439.102	986.801
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11	47.868.075	33.867.115
Capital Social	11-a	39.821.965	29.782.394
Reserva Legal	11-b	5.038.279	2.331.230
Sobras ou perdas do Exercício	11-c	3.007.832	1.753.491
TOTAL		269.360.273	152.075.330

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS

Valores em R\$ 1,00

	NOTA EXPLICATIVA	2º SEM. 2024	31/12/2024	31/12/2023
Ingressos da Intermediação Financeira	13-a	22.236.998	38.365.958	24.853.375
Rendas Operações de Crédito		16.067.619	28.261.557	19.251.564
Rendas de Operações com Títulos e Valores		6.169.379	10.104.400	5.601.811
Dispêndios da Intermediação Financeira	13-b	(12.656.186)	(20.969.540)	(11.789.822)
Operações de Captação no Mercado		(10.033.087)	(16.114.770)	(9.692.029)
Provisão para Operações de Créditos		(2.623.099)	(4.854.770)	(2.097.793)
Resultado Bruto Intermediação Financeira		9.580.812	17.396.418	13.063.553
Ingressos e Dispêndios Operacionais		(5.858.166)	(11.272.625)	(9.556.198)
Rendas de Prestação de Serviços	14-a	1.485.197	3.101.972	3.297.134
Despesas de Pessoal	14-b	(4.190.553)	(7.821.807)	(6.487.049)
Despesas Administrativas	14-c	(2.046.475)	(4.073.036)	(3.778.931)
Despesas Tributárias	14-d	-	-	(3.591)
Rendas Operacionais	14-e	760.508	1.048.463	488.472
Despesas Operacionais	14-f	(1.866.843)	(3.528.217)	(3.072.232)
Resultado Operacional		3.722.646	6.123.793	3.507.355
Resultado Não Operacional	15	(87.706)	(108.130)	(374)
Ingressos não operacionais		2	164	8
Despesas não operacionais		(87.708)	(108.294)	(382)
Sobras/(Perdas) Líquidas		3.634.940	6.015.663	3.506.981
Participações Estatutárias nas Sobras		(3.007.832)	(3.007.832)	(1.753.490)
FATES 5%		(300.783)	(300.783)	(175.349)
Reserva Legal 45%		(2.707.049)	(2.707.049)	(1.578.141)
Sobras/(Perdas) à Disposição AGO		627.108	3.007.832	1.753.490

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO FLUXO DE CAIXA MÉTODO INDIRETO - DFC

Valores em R\$ 1,00

	2º SEM. 2024	31/12/2024	31/12/2023
Atividades Operacionais			
Sobras Líquidas do Exercício	627.108	3.007.832	1.753.491
Ajustes por:			
Depreciação e Amortização	54.288	93.423	65.331
Provisões de Crédito	1.569.866	3.326.656	2.082.201
Geração Bruta de Caixa	2.251.262	6.427.910	3.901.023
Aumento ou Redução em Ativos Operacionais			
Operações de Crédito	(29.334.339)	(48.331.211)	(36.539.286)
Outros Créditos	268.248	122.100	(270.969)
Aumento ou Redução em Passivos Operacionais			
Depósitos	43.863.598	102.336.137	35.790.206
Relações Interfinanceiras	(152.136)	-	-
Outras Obrigações	(745.605)	947.846	898.860
Caixa líquido das Atividades Operacionais	16.151.028	61.502.782	3.779.834
Atividades de Investimentos			
Imobilizado	(264.612)	(275.303)	(228.100)
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	(264.612)	(275.303)	(228.100)
Atividades de Financiamentos			
Integralização de Capital	5.739.388	10.039.570	9.740.773
Doações	-	-	(524.689)
Reserva Legal	2.707.049	2.707.049	1.578.142
Distribuição Sobras	-	(1.753.491)	(489.844)
Caixa Líquido das Atividades de Financiamentos	8.446.436	10.993.128	10.304.382
Aumento ou Redução Líquida das Atividades	24.332.852	72.220.607	13.856.117
Modificações em Disponibilidades			
(+) Saldo Inicial de Caixa e equivalente de caixa	94.415.805	46.528.050	32.671.933
(=) Saldo Final de Caixa e equivalente de caixa	118.748.657	118.748.657	46.528.050
Varição Líquida das Disponibilidades	24.332.852	72.220.607	13.856.117
Composição do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa			
Disponibilidade	2.923.574	5.614.957	2.337.897
Títulos e Valores Mobiliários	21.560.629	66.555.650	11.518.220
Relações Interfinanceiras	(181.352)	-	-
Relações Interdependências	30.000	50.000	-
Total de Caixa e equivalente de Caixa	24.332.852	72.220.607	13.856.117

DEMONSTRAÇÃO RESULTADO ABRANGENTE LÍQUIDO - DRA

Valores em R\$ 1,00

	2º SEM. 2024	31/12/2024	31/12/2023
Sobras/(Perdas) Líquidas	627.108	3.007.832	1.753.491
Outros Resultados abrangentes	-	-	-
Total do Resultado Abrangente	627.108	3.007.832	1.753.491

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - DMPL

Valores em R\$ 1,00

	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS CAPITAL	RESERVA LEGAL	Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
Saldos em 31/12/2022	20.041.621	524.688	753.088	489.844	21.809.243
Aumento com sobras e Reservas	-	-	-	(489.844)	(489.844)
Por Subscrição/Realização	9.740.773	-	-	-	9.740.773
Doações	-	(524.688)	-	-	(524.688)
Sobras do Exercício	-	-	-	1.753.490	1.753.490
Reserva Legal	-	-	1.578.142	-	1.578.141
Saldos em 31/12/2023	29.782.394	-	2.331.230	1.753.490	33.867.115
Aumento com sobras e Reservas	-	-	-	(1.753.490)	(1.753.491)
Por Subscrição/Realização	10.039.570	-	-	-	10.039.570
Sobras do Exercício	-	-	-	3.007.832	3.007.832
Reserva Legal	-	-	2.707.049	-	2.707.049
Saldos em 31/12/2024	39.821.965	-	5.038.279	3.007.832	47.868.075
Saldos em 30/06/2024	34.082.577	-	2.331.230	2.380.724	38.794.531
Aumento com sobras e Reservas	-	-	-	-	-
Por Subscrição/Realização	5.739.388	-	-	-	5.739.388
Sobras do Exercício	-	-	-	627.108	627.108
Reserva Legal	-	-	2.707.049	-	2.707.049
Saldos em 31/12/2024	39.821.965	-	5.038.279	3.007.832	47.868.075

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Lar Cooperativa de Crédito – Lar Credi, inscrita no CNPJ sob o nº 39.343.350/0001-96, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira cooperativa, fundada em 18 de agosto de 2020, com objetivo atender de forma tecnológica, simples e de baixo custo às necessidades de serviços financeiros de seus associados. Iniciou-se as operações, conforme autorização do Banco Central em maio de 2021.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis são de responsabilidade da Administração da Cooperativa e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, consideradas as alterações exigidas pela Lei nº 11.638/07, adaptada às peculiaridades da legislação cooperativista e às normas e instruções do Banco Central do Brasil (BACEN) com destaque para as Resoluções CMN nº 4.818/20 e BCB nº 02/2020.

Foram adotados os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) homologados pelos órgãos reguladores relacionados ao processo de convergência contábil internacional que não conflitem com a regulamentação do CMN e BACEN, quais sejam:

- Pronunciamento Conceitual Básico (Resolução CMN nº 4.924/2021);
- CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável do Ativo (Resolução CMN nº 4.924/2021);
- CPC 03 – Fluxo de Caixa (Resolução CMN nº 4.818/2020);
- CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Resolução CMN nº 4.818/2020);
- CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações (Resolução CMN nº 3.989/2011);
- CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro (Resolução CMN nº 4.924/2021);
- CPC 24 – Eventos Subsequentes (Resolução CMN nº 4.818/2020);
- CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (Resolução CMN nº 3.823/09);
- CPC 28 – Propriedade para Investimento (Resolução CMN nº 4.967/21);
- CPC 33 – Benefícios a Empregados (Resolução CMN nº 4.877/2020);
- CPC 41 – Resultado por ação (Resolução CMN nº 4.818/2020);
- CPC 46 – Mensuração do Valor Justo (Resolução CMN nº 4.924/2021);
- CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (Resolução CMN nº 4.924/2021).

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado

Os ingressos e dispêndios são registrados de acordo com o regime de competência. As operações de crédito com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e os ingressos e dispêndios correspondentes ao período futuro são apresentados em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. Os ingressos e dispêndios de natureza financeira são contabilizados pelo critério pro-rata temporis.

As receitas e despesas são reconhecidas na demonstração de sobras em conformidade com o regime de competência. Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, entre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas. A Cooperativa revisa as estimativas e premissas, no mínimo, semestralmente.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Conforme CPC 03 (R2), caixa compreende todo valor em espécie e depósitos bancários disponíveis para uso imediato, enquanto seus equivalentes são mantidos a fim de atender compromissos de caixa de curto prazo.

d) Operações de crédito

As operações de crédito estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. Estão classificadas em nove níveis de acordo com o risco apresentado, sendo “AA” de risco mínimo e “H” de risco máximo, amparadas por informações internas e externas em relação ao devedor, seus garantidores e à operação, levando em conta, ainda, as situações de renda e patrimônio, bem como outras informações cadastrais do devedor conforme resoluções emanadas pelo Banco Central do Brasil.

As operações do último nível permanecem na classificação por seis meses, quando então são baixadas e controladas em contas de compensação e não mais figurando balanço patrimonial.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída para atender as resoluções CMN nº 2.682/1999 e nº 2.697/2000 e o montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, a provisão para operações de crédito leva em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa poderá questionar a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria Administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. Até 31 de dezembro de 2024 inexistia saldo oriundo de depósito recursal trabalhista, tributário e ou de outra espécie no Balanço da Lar Credi.

g) Imobilizado e Intangível

Imóveis, móveis, equipamentos de uso, equipamentos (hardwares) e outros equipamentos, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para baixar o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas divulgadas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens e em conformidade com a resolução CMN nº 4.535/2016. Até 31 de dezembro de 2024 não havia registro de intangível nesta instituição.

h) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

i) Provisões

Reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões estão de acordo com o pronunciamento técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e Resolução CMN 3.823/2009 do Conselho Monetário Nacional e são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

j) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não cooperativos e o resultado apurado em operações realizadas com cooperados é isento de tributação, conforme artigos 79 e 87 da Lei 5.764/1971.

k) Dividendos e bonificações a pagar

Os juros ao capital foram devidamente creditados aos cooperados em suas cotas de capital em dezembro de 2024. O resultado apurado está de acordo com o Plano de Negócio aprovado pelo Banco Central e foram contabilizadas de acordo com o projeto em execução.

l) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 365 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

m) Valor recuperável de ativos - impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por impairment, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de dezembro de 2024 não existia indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

n) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2024. Os eventos subsequentes, quando existirem, serão descritos em notas explicativas e são divulgados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 24 – Eventos Subsequentes.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Constituídos por disponibilidades em moeda nacional e investimentos de alta liquidez, com vencimento de até três meses, caixa e seus equivalentes são utilizados no gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Cooperativa.

Em consonância com a Resolução CFC 1.296/2010, itens 48 a 52, registramos informações complementares à Demonstração de Fluxo de Caixa: Todo saldo de Caixa e Equivalente de Caixa estava disponível para a entidade na data de 31/12/2024.

O caixa e equivalentes de caixa compreendem:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Disponibilidades		
Caixa	154.689	258.048
Depósito Bancário	95.821	27.055
Reservas Livres	9.093.932	3.444.382
Títulos e valores mobiliários		
Fundo de Investimento	109.354.214	42.798.565
Relação Interdependência		
Numerários em trânsito	50.000	0
Total	118.748.657	46.528.050

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Em 31 de dezembro 2024, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários da Lar Credi estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Cotas em Fundos de Investimentos	109.354.214	42.798.565
Total	109.354.214	42.798.565

6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco. As provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito são apuradas em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e estão de acordo com as normas e instruções do CMN e do Bacen, associadas às avaliações realizadas pela Administração na determinação dos riscos de crédito.

V – Vencidos e N - Normal

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimos em 31/12/2024	Cheque Especial e Adian. Depositantes 31/12/2024	Finan- ciamentos 31/12/2024	Total em 31/12/2024	Provisões 31/12/2024	Total em 31/12/2023	Provisões 31/12/2023
AA	0%	N	-	-	-	-	-	-	-
A	0,50%	N	-	323.435	-	323.435	1.617	21.907.687	109.538
A	0,50%	V	-	-	-	-	-	-	-
B	1%	N	11.838.099	29.340	266.181	12.133.620	121.336	41.226.788	412.268
B	1%	V	-	44.080	-	44.080	441	173.708	1.737
C	3%	N	119.681.670	1.442.144	11.866.690	132.990.504	3.989.715	37.066.956	1.112.009
C	3%	V	1.112.740	89.711	16.000	1.218.451	36.554	638.070	19.142
D	10%	N	5.076.760	93.772	358.729	5.529.261	552.926	3.307.221	330.722
D	10%	V	1.172.657	94.796	-	1.267.453	126.745	1.170.683	117.068
E	30%	N	294.927	-	-	294.927	88.478	830.733	249.220
E	30%	V	-	-	-	-	-	160.399	48.120
F	50%	N	306.566	3.802	-	310.368	155.184	24.918	12.459
F	50%	V	708.905	104.086	167.617	980.609	490.304	819.170	409.585
G	70%	N	-	-	-	-	-	88	62
G	70%	V	-	-	-	-	-	67.868	47.508
H	100%	N	4.581	159	-	4.740	4.740	9.172	9.172
H	100%	V	934.871,51	66.340	81.684	1.082.896	1.082.896	445.671	445.671
Total Normal			137.202.604	1.892.651	12.491.600	151.586.855	4.913.997	104.373.563	2.235.450
Total Vencido			3.929.174	399.013	265.302	4.593.489	1.736.940	3.475.569	1.088.831
Total Geral			141.131.777	2.291.664	12.756.902	156.180.343	6.650.936	107.849.132	3.324.280
Provisões						(6.650.937)	(3.324.281)		
Total Líquido						149.529.407	104.524.851		

b) Carteira de crédito por faixa de vencimento (dias):

Descrição	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Operações de Crédito	13.982.487	97.604.030	44.593.826	156.180.343
Total	13.982.487	97.604.030	44.593.826	156.180.343

c) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Saldo Inicial	3.324.281	1.242.080
Constituições no Exercício	3.326.656	2.082.201
Total	6.650.937	3.324.281

d) Crédito baixado como prejuízo:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Últimos 12 meses	1.431.680	24.425
De 13 a 48 meses	24.425	0
Total	1.456.105	24.425

7. OUTROS CRÉDITOS

Valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país.

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Valores a receber de associados	64.106	46.055
Materiais	10.747	15.419
Prestação de serviços de corretagem de seguros	138.018	273.498
Total	212.871	334.972

8. IMOBILIZADO DE USO

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base nas taxas abaixo:

Descrição	Taxa de Depreciação	31/12/2024	31/12/2023
Imobilizações em curso	-	3.053	1.310
Mobiliário	10%	765.784	759.372
Equipamento de processamento de dados	20%	267.695	3.672
Outros Equipamentos	10%	42.536	39.411
(-) Depreciação Acumulada	-	(209.731)	(116.308)
Total		869.338	687.457

9. DEPÓSITOS

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos à vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos preestabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada.

a) Depósitos:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Depósito à Vista	33.822.689	30.948.193
Depósito a Prazo	184.830.552	85.368.911
Total	218.653.241	116.317.104

b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Despesas de Depósitos a Prazo	15.846.868	30.948.193
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	267.902	85.368.911
Total	16.114.770	116.317.104

10. OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados

Trata-se do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou, relativas a Títulos e Valores Mobiliários (IOF) a ser recolhido conforme determina a legislação.

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
IOF a recolher Empréstimos – Pessoa Física	55.893	14.227
IOF a recolher Cheque Especial – Pessoa Física	9.975	7.734
IOF a recolher Cheque Especial – Pessoa Jurídica	17	0
Total	65.886	21.961

b) Sociais e estatutárias

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Juros sobre o Capital Social de Cooperativas	0	0
Cotas de Capital a Pagar	239.025	148.605
FATES – Resultado de Atos com associados	446.827	240.310
Total	685.852	388.915

O valor em cotas de capital a pagar refere-se à restituição do capital integralizado pelo associado, em razão do seu desligamento, por demissão, exclusão ou eliminação, conforme estabelecido no parágrafo 4º do artigo 24 da Lei nº 5.764/71

FATES – Resultado de Atos com associados, é a destinação de 5% das sobras líquidas do exercício conforme definição em estatuto, somado o saldo anterior, menos o utilizado em gastos com assistência técnica, educacional e social, aprovados pelo conselho de administração.

c) Fiscais e Previdenciárias

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Impostos Retidos a Recolher	352.390	231.295
Impostos e Contribuições Sobre Salários	295.727	262.139
Total	648.117	493.434

d) Diversos

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Salários e demais despesas com pessoal	1.069.076	792.392
Despesa Administrativas	101.289	90.421
Credores Diversos	268.736	103.987
Total	1.439.102	986.801

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00, devendo ser integralizadas no mínimo 100 cotas-partes, por cada pessoa, ao se associar. De acordo com o Estatuto Social, cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Capital Social	39.821.965	29.782.394
Número de Associados	9.682	8.812

b) Reserva Legal

O fundo de reserva das cooperativas de crédito é constituído de acordo com o artigo 28, inciso I, da Lei nº 5.764/1971, e é destinado a compensar perdas e a atender ao desenvolvimento de suas atividades. Ao final do exercício as cooperativas são obrigadas a destinar no mínimo 10% das Sobras Líquidas do Exercício, sendo que esse percentual pode ser aumentado se deliberado por Assembleia Geral Extraordinária e homologado por meio do Estatuto Social. Para a Cooperativa, o percentual utilizado é de 45% das sobras líquidas do exercício, conforme o Estatuto Social.

c) Sobras Acumuladas

Conforme definição estatutária as destinações são realizadas após o encerramento do exercício. E estão compostas da seguinte forma:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Sobras ou perdas líquidas antes das destinações	6.015.663	3.506.981
FATES – Ato com associados (5%)	(300.783)	(175.349)
Reserva Legal (45%)	(2.707.049)	(1.578.142)
Sobras ou perdas líquidas	3.007.832	1.753.491

12. Compensado

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Custódia de valores	394.525.083	270.671.601
Créditos contratados a liberar	6.270.151	4.594.927
Classificação da carteira de crédito	156.180.343	107.849.132
Total	556.975.577	383.115.660

13. RESULTADO DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

a) Receita de Intermediação Financeira

Descrição	2º Semestre 2024	31/12/2024	31/12/2023
Renda de Adiantamento à Depositantes	66.043	98.908	36.749
Renda de Empréstimos	14.678.534	25.525.121	17.029.359
Renda de Financiamentos	1.323.041	2.637.528	1.864.653
Renda de Financiamentos Agroindustriais	0	0	320.802
Renda com Títulos e Valores Mobiliários	6.169.379	10.104.400	5.601.811
Total	22.236.998	38.365.958	24.853.375

b) Despesas de Intermediação Financeira

Descrição	2º Semestre 2024	31/12/2024	31/12/2023
Despesa Depósito a Prazo	9.872.264	15.846.868	9.534.803
Despesa contribuição ordinária FGCOOP	160.823	267.902	157.226
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	2.623.099	4.854.770	2.097.793
Total	12.656.186	20.969.540	11.789.822

14. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

a) Receitas de Prestação de Serviços

Descrição	2º Semestre 2024	31/12/2024	31/12/2023
Rendas de boletos, DOC e cheques	11.461	16.429	8.920
Concessão de adiantamento a depositante	17.287	33.412	22.325
Prestação de Serviços – Comissão e corretagem	1.456.449	3.052.131	3.265.888
Total	1.485.197	3.101.972	3.297.134

b) Despesas de Pessoal

Descrição	2º Semestre 2024	31/12/2024	31/12/2023
Benefícios	268.417	455.883	283.174
Encargos Sociais	1.016.195	1.802.690	1.465.804
Proventos	2.884.802	5.527.671	4.725.299
Remuneração de estagiários	21.139	35.563	12.773
Total	4.190.553	7.821.807	6.487.049

c) Despesas de Administrativas

Descrição	2º Semestre 2024	31/12/2024	31/12/2023
Aluguéis	486.000	972.000	282.000
Comunicações	5.442	11.579	5.873
Manutenção Ativo Imobilizado	3.141	4.519	0
Materiais	46.013	87.696	44.214
Processamento de Dados	780.311	1.634.299	1.850.246
Promoções e Relações Públicas	172.807	178.525	283.066
Serviços Sistema Financeiro	60.912	114.063	107.580
Serviços de Terceiros	210.108	508.031	559.249
Serviços Técnicos Especializados	21.428	42.430	80.899
Despesa de Transporte	0	5.427	0
Viagens	16.131	33.694	19.741
Outras Despesas Administrativas	189.893	387.126	480.600
Depreciação	54.288	93.648	65.462
Total	2.046.475	4.073.036	3.778.931

d) Despesas Tributárias

Descrição	2º Semestre 2024	31/12/2024	31/12/2023
Tributo Federal – IOF sobre Aplicações	0	0	3.591
Total	0	0	3.591

e) Receitas Operacionais

Descrição	2º Semestre 2024	31/12/2024	31/12/2023
Créditos Vinculados ao Banco Central	657.782	921.413	488.472
Descontos Recebidos	0	17.990	0
Recuperação de crédito baixados como prejuízo	102.727	109.060	0
Total	760.508	1.048.463	488.472

f) Despesas Operacionais

Descrição	2º Semestre 2024	31/12/2024	31/12/2023
Correção Juros de Capital	1.862.839	3.504.185	3.051.780
Demais Despesas	4.004	24.032	20.452
Total	1.866.843	3.528.217	3.072.232

15. RESULTADO NÃO OPERACIONAL

Descrição	2º Semestre 2024	31/12/2024	31/12/2023
Ingressos não operacionais	2	164	8
Despesas não operacionais	(87.708)	(108.294)	(382)
Total	(87.706)	(108.130)	(374)

16. PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da Cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas. Conforme Resolução CMN 4.93/2018 Art 2º.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da Cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central que, neste caso específico, referem-se às operações de crédito de empréstimos.

OPERAÇÕES ATIVAS - SALDO 31/12/2024

Natureza da Operação	31/12/2024	% em relação do Total	31/12/2023	% em relação do Total
Operações Crédito	0	0,00%	79.805	0,10%
(-) Prov. Liquidação Duvidosa	0	0,00%	798	0,00%
Depósitos	1.278.638	0,58%	1.543.086	1,30%
Capital Social	955.684	2,40%	765.664	2,60%

17. CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

São reconhecidas contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas em observância ao Pronunciamento Técnico CPC 25, aprovado pela Resolução nº 3.823/2009 do Conselho Monetário Nacional. Conforme parecer da assessoria jurídica, em 31/12/2024 não havia ações envolvendo a Lar Credi, com prognósticos de perdas prováveis ou possíveis.

18. PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO DA RESOLUÇÃO CMN Nº 4.966/2021

A Resolução CMN n.º 4.966/21, juntamente com suas alterações promovidas pelas Resoluções CMN n.º 5.019/22, 5.100/23 e 5.146/24, estabelece os critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros. Esses normativos definem, entre outros aspectos, os fluxos de caixa de ativos financeiros sob a perspectiva de pagamentos de principal e juros (teste “SPPJ”), a metodologia de cálculo da taxa de juros efetiva, a constituição de provisão para perdas de crédito e a evidenciação dessas informações em notas explicativas. Ademais, estabelecem diretrizes para contabilidade de hedge, alinhando as normas do COSIF aos padrões internacionais (IFRS).

O Banco Central do Brasil reformulou o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) em consonância com essas resoluções, reestruturando o elenco de contas e limitando os níveis de agregação. A Resolução BCB n.º 352/23 revogou os requisitos da Resolução BCB n.º 309/23, consolidando procedimentos contábeis relacionados aos fluxos de caixa, taxa de juros efetiva e provisão para perdas de crédito, além da evidenciação dos impactos estimados na posição financeira das instituições.

As mudanças promovidas no COSIF foram formalizadas nos seguintes normativos:

i) Instrução Normativa BCB n.º 318/22: define os subgrupos contábeis do elenco de contas do COSIF;

ii) Resolução BCB n.º 390/24: trata do Padrão Contábil e estrutura do elenco de contas;

iii) Instruções Normativas BCB n.º 426 a 433, atualizadas em 05/11/2024 pelas Instruções Normativas BCB n.º 537 a 544: detalham as rubricas contábeis dos grupos de ativo realizável e permanente, compensação ativa e passiva, passivo exigível, patrimônio líquido e resultados credores e devedores.

Os impactos dessas resoluções foram avaliados e passarão a refletir na contabilidade a partir de 1º de janeiro de 2025. Dado o alto grau de complexidade das mudanças e a revogação de 19 normativos, incluindo a Resolução CMN n.º 2.682/99, a Instituição estruturou um plano de implementação em etapas, permitindo uma transição mais eficiente. Esse planejamento envolveu a análise das assimetrias entre as novas normas e as políticas contábeis vigentes, bem como o impacto em tecnologia, processos, papéis e responsabilidades, além da gestão do projeto (PMO) e prazos de adequação.

Etapas de Implementação:

Etapa 01 (2024): Assessment e Plano de Projeto – Avaliação dos ativos e passivos financeiros conforme o modelo de negócios do Sistema Cooperativo, classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros, mapeamento dos custos elegíveis para TJEO e criação de novo plano de contas COSIF.

Etapa 02 (2024): Modelagem de Perdas Esperadas (Modelo Completo) – Implementação do modelo de impairment conforme a Resolução CMN n.º 5.146/24

Etapa 03 (2024): Sistemas – Redesenho da arquitetura de sistemas impactados e disponibilização da versão de teste.

Etapa 04 (2024): Testes do sistema por contabilidade, risco, supervisão e negócios.

Etapa 05 (2024): Disponibilização da versão final do sistema.

Etapa 06 (2024): Análise dos impactos estimados no resultado e patrimônio da Instituição.

Durante o segundo semestre de 2024, foram realizadas simulações para mensurar os efeitos da Resolução CMN n.º 4.966/21 sobre os saldos contábeis. As simulações indicaram um incremento na perda esperada associada ao risco de crédito, decorrente da transição do modelo de perdas incorridas para perdas esperadas. A mensuração das perdas considerou pisos mínimos e modelos internos elaborados pela área de risco de crédito.

As mensurações dos ativos financeiros foram realizadas conforme os modelos de negócio e Teste de SPPJ, previstos na Resolução CMN n.º 4.966/21 e na Resolução BCB n.º 352/23. Ademais, de acordo com o Comunicado Bacen n.º 42.403/24, a Instituição adotou o ajuste de suspensão de juros (“stop accrual”) nas operações de crédito que, em 31 de dezembro de 2024, não atendiam à classificação de ativos problemáticos.

Como resultado da transição para a nova regulamentação, a Instituição estima um impacto positivo de 5,84% em relação ao patrimônio líquido de dezembro de 2024.

Medianeira – PR, 31 de dezembro de 2024.



Irineo da Costa Rodrigues
Presidente



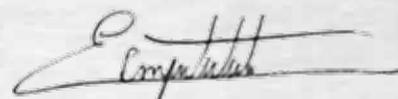
Diogo Sezar de Mattia
Vice-presidente



Loana Octaviano
Contadora
CRC/PR-071581/O-1



Giulieno Andrey de Oliveira
Diretor de Operações



Elderson Capitani
Diretor de Negócios

GESTÃO

Conselho de Administração (2023-2026)

Diretor-presidente
Irineo da Costa Rodrigues

Diretor 1º Vice-presidente
Diogo Sezar de Mattia

Conselheiros

Urbano Inacio Frey
Simoni Tessaro Niehues
Adriano José Finger
André Luiz Périco
Michael Adriano Rosso

Diretores Executivos (2023-2026)

Elderson Capitani
Diretor de Negócios

Giulieno Andrey de Oliveira
Diretor de Operações



Diagramação: Kassiane Binko

Distribuição gratuita | É permitido a reprodução total ou parcialmente desde que citada a fonte.

Av. 24 de Outubro, 59 | Área Industrial
85.720-601 | Medianeira - PR
larcredi@larcredi.com.br
www.larcredi.com.br

Ouvidoria
0800 644 1151
ouvidoria@larcredi.com.br

Fale Conosco
0800 041 3007
faleconosco@larcredi.com.br

www.larcredi.com.br

